

**A Agroecologia como política pública:  
uma noção em disputa no campo tecnocientífico gaúcho**

**Vanessa Pfeifer Coelho<sup>1</sup>**

**Jalcione Almeida<sup>2</sup>**

Ao integrar o quadro das políticas públicas do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), a agroecologia provoca uma efervescência no cenário tecnocientífico agrônomo. Impulsionados pelo acúmulo de capital político, agentes partidários da agroecologia têm acesso a cargos institucionais tradicionalmente ocupados por simpatizantes de uma agronomia convencional, esta atrelada ao modelo de modernização da agricultura. Dotada de legitimidade e autoridade no campo político mais geral, resta à agroecologia sua afirmação no campo tecnocientífico agrônomo. São estas as dimensões envolvidas em uma disputa entre mediadores técnicos gaúchos pela consagração de uma definição/abordagem da noção de agroecologia. Durante o segundo semestre de 2000, foram entrevistados mediadores técnicos vinculados às instituições de pesquisa, ensino e extensão consideradas de relevância e destaque no Rio Grande do Sul. Visando a seleção dos agentes a serem entrevistados, recorreu-se a informantes qualificados os quais propiciaram um panorama inicial, refinado e comprovado na etapa de campo pelos próprios entrevistados. Objetivava-se contemplar a oposição central entre os partidários e os não simpatizantes da agroecologia enquanto uma política pública gaúcha. Para tanto, utilizou-se um roteiro de entrevistas que visava posicionar os agentes quanto à noção de agroecologia, destacando uma possível definição da mesma e o reconhecimento ou não da cientificidade da proposta agroecológica. Explorando-se as distintas definições da noção de agroecologia, observa-se a invariável associação entre esta e o patamar de “ambientalmente correta”. Tal caracterização configura-se tanto no maior trunfo da proposta agroecológica, na

---

<sup>1</sup> Agrônoma, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CNPq. E-mail: vanpc@terra.com.br.

medida em que nenhum dos agentes ousaria negar uma proposição “ambientalmente correta”, quanto na possibilidade de flexibilizar seus contornos, permitindo, portanto, sua apropriação e enquadramento em distintos posicionamentos. Dessa forma, a simpatia ou não dos agentes é referenciada em relação a agroecologia vinculada às políticas públicas estaduais, todos podendo se aproveitar da flexibilidade da noção. A principal polaridade delimitada pode ser definida entre o grupo de agentes que contestam a validade da proposta agroecológica estatal, tendo como argumento central a exaltação da não-cientificidade da proposição, e, no outro extremo, os agentes engajados na promoção/legitimação da agroecologia, que, para tanto, aproveitam o impulso obtido através do capital político e do caráter “ambientalmente correto” de sua proposta. As estratégias passíveis de serem identificadas concentram-se, de um lado, na consagração da apropriação da agroecologia concomitantemente ao seu desmerecimento enquanto uma política pública e, no pólo oposto, na exaltação do viés científico da mesma. Em decorrência, o primeiro grupo de estratégias é composto pela tentativa de associar a agroecologia a uma substituição de insumos, exaltando a necessidade de uma “validação científica” de técnicas e práticas agroecológicas. Dessa forma, os agentes vinculados a uma agronomia convencional pretendem circunscrever a agroecologia aos seus domínios, garantindo sua legitimidade/autoridade na promoção de tecnologias “ambientalmente corretas” na tecnociência agrônoma. Adicionalmente, exaltam a presença do aspecto “político-ideológico” na agroecologia proposta pelas instituições estaduais como elemento desmerecedor da mesma. Já os partidários da agroecologia tentam reverter tais críticas através da comprovação da cientificidade de suas propostas. Relativizando a necessidade de uma “validação científica”, reconhecem, ao mesmo tempo, esta como uma possível fonte de crédito da agroecologia na relação com seus pares. Empenham-se, portanto, na consagração de sua proposição no campo tecnocientífico.

---

<sup>2</sup> Professor adjunto e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e da Faculdade de Agronomia, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [jal@vortex.ufrgs.br](mailto:jal@vortex.ufrgs.br).